



ENANCIB 2022

PORTO ALEGRE | UFRGS | PPGCIN

XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação • ENANCIB
Porto Alegre • 07 a 11 de novembro de 2022

XXII Encontro de Pesquisa em Ciência da Informação - XXII ENANCIB

GT 5 – Política e Economia da Informação

O REGIME DE INFORMAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NA ERA VARGAS: UMA PROPOSTA DE PESQUISA

THE INFORMATION REGIME OF THE PUBLIC ARCHIVE OF THE RIO GRANDE DO SUL STATE: A RESEARCH PROPOSAL

Paulo Ricardo de Souza Soares. UFRGS.

Evelin Melo Mintegui. FURG.

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A institucionalização do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em 1906, está relacionada ao contexto de formação de um Estado Republicano (1889), onde as transformações administrativas, econômicas e políticas foram encabeçadas pelo movimento castilhistas, cristalizado no operador político do Partido Republicano Rio-Grandense, que teve como uma das marcas de governo, um poder centralizador. Já em 1937, durante o Estado Novo, era o Governo Federal a instância de poder centralizadora. A Ditadura Vargas alterou o modelo político federalista, modificou a estrutura administrativa do país, criou instituições federais, como o Departamento de Administração e Serviço Público (DASP), em 1938, para estabelecer um maior controle sobre as instituições de gestão. O presente trabalho apresenta a proposta de discutir a passagem de um Regime de Informação para outro.

Palavras-Chave: Política de Arquivo. Sistemas de Informação. Regimes de Informação.

Abstract: The institutionalization of the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul, in 1906, is related to the context of the formation of a Republican State (1889), where the administrative, economic and political transformations were led by the Castilhist movement, crystallized in the political operator of the Party Republished Rio-Grandense, which had as one of the hallmarks of government, a centralizing power. In 1937, during the Estado Novo, the Federal Government was the centralizing power instance. The Vargas Dictatorship changed the federalist political model, modified the administrative structure of the country, created federal institutions, such as the Department of Administration and Public Service (DASP), in 1938, to establish greater control over management and security institutions. The present work intends to discuss the transition from one Information Regime to another.

1 INTRODUÇÃO

A institucionalização do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (Apers) no início do século XX está intrinsecamente relacionada ao contexto da República Velha (1889-1930). Foi um período de transformações nas práticas de governo do Estado do Rio Grande do Sul. Para efeitos deste resumo, destacamos que, entre o crescimento da máquina burocrática e



surgimento de instituições reguladoras, o Apers - composto inicialmente pelas seções de Arquivo, Biblioteca e Estatística - emerge como uma instituição modelo do pensamento político dos governantes do Estado (MERLO, 2010; SOARES, 2019). A influência da doutrina positivista pode ser percebida, também, em outras instituições criadas no período. Além do Apers (1906), já mencionado, o Museu do Estado (1903) - embrião do Museu Júlio de Castilho (1907) - e o Palácio Piratini (1909), fizeram parte deste novo contexto da administração pública da informação. A nova prática estava relacionada à particularidade do republicanismo sul-rio-grandense, onde se cristalizou uma versão do pensamento de Auguste Comte (1798-1857). Ou seja, marcado pela estatística aplicada à análise social, reorganização da máquina burocrática e centralização documental (PEZAT, 2000; MERLO, 2010).

Este trabalho apresenta as ideias de um projeto de pesquisa de mestrado em desenvolvimento. A partir do estudo sobre a formação do Apers, tem-se a intenção de uma análise sobre os efeitos emergentes do processo de modernização da máquina administrativa durante o Estado Novo (1937-1945) e, de forma mais ampla, sobre a relação desses efeitos na administração do Estado do Rio Grande do Sul. Intenciona-se também entender o impacto da ditadura varguista no tocante ao sistema de informação do Rio Grande do Sul, consolidado durante esse período.

Sabe-se que o Departamento de Administração e Serviço Público (Dasp), criado em 1938 para estabelecer um maior controle sobre as instituições de gestão, foi essencial para a administração do governo varguista. Reformas administrativas como essa visavam a padronização burocrática da gestão do Estado através da centralização da administração no Governo Federal (MOURA, 2016). Situação que, considerado o histórico centralista do Rio Grande do Sul, o qual antecede a tomada do poder por Vargas, desperta nossa atenção para os conflitos administrativos, especialmente de gestão da informação entre níveis de governo.

Entende-se que o conjunto de ações administrativas, políticas e econômicas na Era Vargas modificou a estrutura burocrática no Brasil. O projeto dos positivistas rio-grandenses constituiu um regime de gestão da informação nos seus mais variados aspectos - arquivísticos, bibliotecários e museológicos. Nesse sentido, propõe-se o conceito de Regime de Informação como quadro teórico capaz de auxiliar a compreensão da passagem da gestão administrativa castilhista para a varguista.



O Regime de Informação pode ser compreendido como uma “rede heterogênea de relações de vários atores (sujeitos, dispositivos tecnológicos, culturas, etc.)”, ou seja, “constituído pela relação desses atores através de ações de informação relacionadas à produção e às políticas de informação de espaços sociais” (BEZERRA *et al*, 2016, p. 64). Este trabalho parte da proposta de aplicação retroativa do conceito, uma vez que busca fazer uma análise diacrônica sobre os atores envolvidos na rede que compõem as estratégias de controle, as técnicas e os sujeitos, relacionando-os às práticas informacionais. Busca-se um diálogo por meio da formação de um dos primeiros centros de informação do Estado (Apers), os impactos que as transformações de um regime de governo tiveram sobre a burocracia rio-grandense e as instituições de informação com o advento do Estado Novo.

2 REGIME DE INFORMAÇÃO: UM OLHAR SOBRE O PASSADO

Regime de informação é um construto trabalhado por diversos autores no campo da Ciência da Informação. Maria Nélida González de Gómez (2012) explica diferentes concepções do conceito na perspectiva de três autores: 1) Bern Fohrmann parte de uma genealogia da informação, observando a ineficiência em se abordar os efeitos da sociedade da informação através da concepção de políticas de informação, apontando os limites que uma análise *estadocêntrica* teria em uma economia de mercado capitalista, onde empresas e corporações privadas também atuam como produtoras de dados, ao mesmo tempo em que critica a equiparação da informação com commodities; 2) Sandra Braman apresenta o conceito de um *regime global emergente de informação*, relacionando-o a um regime único, ou seja, global, trazendo a ideia de *Estado Informacional*, associando a concepção de *interdependência* entre a *infraestrutura global* tecnológica emergente (criação, fluxo, e uso da informação) e os atores estatais e não estatais, e como isso impacta a governabilidade e a relação entre os atores; 3) Hamid Ekbia reformula o conceito de regime de informação, associando-o a *regime de valor*, abordando que é possível interpretar mais de um regime de informação, ao levantar aproximações e diferenças com o conceito de regime de verdade de Michel Foucault, argumenta que esse conceito está mais voltado aos limites institucionais e suas relações de conhecimento-poder, já o regime de informação estaria inclinado à análises que não estão



restritas às fronteiras institucionais, analisando as práticas informacionais em suas formações heterogêneas, entre os modos de interação, que podem ser plurais ou situados.

O conceito pode ser aplicado, e foi desenvolvido, especialmente, para dar conta da complexidade das redes sociotécnicas contemporâneas. No entanto, pela possibilidade de expressar relações de poder e o impacto dessas em políticas de informação, propõe-se explorar seu potencial retrospectivo:

O conceito de regime de informação, como instrumento analítico, visaria à reconstrução dos modos de produção de ações e práticas de informação, ancoradas nas redes densas de relações culturais, sociais e econômicas e condicionadas pelas estruturas preferenciais das relações de poder (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008, p.2).

Alguns estudos demonstram o impacto de políticas de informação, embora analisem o tema sob outro prisma. O trabalho intitulado *A institucionalização do APERS e o fazer arquivístico: 1906-1925* (SOARES, 2019), por exemplo, versa sobre o desenvolvimento de práticas arquivísticas no regime castilista, através da criação de um Arquivo Público, durante a cristalização de novas práticas de governo. Instrumento fundamental para a manutenção do poder, o Apers, ou sua institucionalização, foi responsável pelo estabelecimento de um novo *fazer arquivístico* - transcrição paleográfica, aquisição de fundos documentais, gestão dos fundos documentais, controle dos documentos identificados como de caráter público e a difusão de parte do seu acervo, através da publicização em revistas trimestrais - o qual contribuiu para a formação de um saber científico. Em 1925, a seção correspondente ao departamento histórico do Apers foi transferida para o museu Júlio de Castilho, formando o Departamento de História do Museu Júlio de Castilho (MERLO, 2010). Parte-se da hipótese de que essas transformações na administração do Estado constituíram sistemas de informação, uma vez que por intermédio de arquivos, bibliotecas e museus, leis, normas e instituições foram criadas para gerir o fluxo informacional e consolidar um discurso. É desse lugar que buscamos o conceito de regime de informação, visto que os positivistas construíram uma gestão de poder, onde a informação tinha um papel-chave. Essa gestão sobre a vida pode muito bem ser relacionada ao conceito de biopoder, onde os dispositivos reguladores e disciplinares como prisões, hospícios, escolas e arquivos, servem à outra forma de governar (FOUCAULT, 2008).



Levando em consideração que a história é também constituída de rupturas, estudar a Era Vargas (1930-1945) tem como intuito analisar como se configuraram os regimes e os sistemas de informação no Rio Grande do Sul. Pretende contribuir para uma história dos sistemas de informação no Estado, entre os quais aquele em que o Apers se inseria, durante o regime varguista, a fim de compreender esses lugares de racionalização da informação, as rupturas existentes e as não existentes entre o modelo de arquivo estabelecido pelos castilhistas e o modelo imposto no governo de Vargas.

Nesse contexto, uma série de alterações foram feitas em diversas esferas. Com o golpe de 1930, encabeçado por Getúlio Vargas (1930-1945), o modelo federativo, característico da República Velha (1889-1930), estava extinto, funcionando agora sob as insígnias do nacionalismo e da industrialização. O governo adotou medidas para mudar o sistema político patrimonialista e oligárquico. Foi nesse período que alguns direitos sociais começaram a ser atendidos, ainda que condicionados à condição de trabalhador. Foram criadas leis e instituições que ampliaram questões relacionadas à justiça do trabalho, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o Instituto de Aposentadoria e Pensão (IAPs). Também foi um período de redução dos direitos políticos, perseguição à oposição, como a repressão à Intentona Comunista, em 1935. Fechamento do Congresso e a instauração de uma ditadura, que utilizou o Plano Cohen como justificativa, em 1937. Deu-se também a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura e controle dos meios de comunicação (CARVALHO, 2008). A formação Dasp em 1938, foi importante para o controle administrativo pelo Poder Executivo Federal sobre as administrações estaduais, assim como foi fundamental para a cristalização de um novo corpo burocrático:

Os aparatos burocráticos atuam na centralização com fins de garantir o controle interno do próprio Estado, de forma que o DASP estendeu o controle burocrático e ideológico sobre os agentes, os meios materiais, organizacionais e orçamentais, além dos projetos de lei submetidos ao chefe do Executivo, função estendida também ao assessoramento burocrático no âmbito Estadual, ampliando seu papel centralizador. Isto se reforça pelo fato que o mecanismo hierárquico de decisão formado pelo eixo DASP resultou em uma homogeneização organizacional e normativa entre as Administrações Públicas Estaduais e Federais, de forma que chegou, inclusive, a exigir que os projetos de estatutos para os agentes estaduais fossem encaminhados ao DASP onde receberia as alterações que julgasse necessárias (MOURA, 2016, p. 393-394).



O reflexo desse novo cenário foi sentido na administração pública dos Estados do país. No Rio Grande do Sul, o conflito político entre o governador do Estado, Flores da Cunha, e o presidente Getúlio Vargas, acelerou algo que já estava em consolidação: a perda da autonomia regional (LAPUENTE, 2016). A elite agropecuária do Estado formou oposição frente ao centralismo político, característico do Estado Novo. Em um primeiro momento, durante a República Nova (1930-1937), a administração e a economia regional não tiveram mudanças que impactaram a autonomia federativa do Estado. No segundo, no Estado Novo (1937-1945), instalou-se um regime autoritário, onde todas as esferas políticas estavam sob a égide do poder central (KUHN, 2002).

O conceito de regime de informação contribui para ampliar a discussão. Uma vez que a informação tem uma formatação, estabelecida pela interação entre indivíduos, por leis, normas, objetos e técnicas, produtos e produtores de certo contexto político, econômico, administrativo e social. Constituem memória social e são uma narrativa ou enunciados de um determinado discurso. A informação não é um signo, fechada em si, mas uma inscrição, que estabelece uma conexão entre todos os agentes envolvidos no processo de redução e amplificação de algum elemento do real (LATOUR, 2004). Nesse sentido, aponta-se a importância do estudo sobre o contexto informacional estabelecido pelos castilhistas e o imposto durante o regime varguista, suas organizações e os sistemas de informação, do qual são parte.

3 METODOLOGIA

Considerando o conceito de regime de informação como quadro teórico, a metodologia utilizará de pesquisa documental, de maneira a reconstituir o ambiente político em que o Apers emerge (1906), assim como as consequências sobre a sua gestão durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Tendo como foco analítico os seguintes elementos: instituições, atores e projeto de institucionalização dos positivistas, procurando destacar os aspectos que tiveram maiores consequências para as políticas de informação do período.

A pesquisa se volta aos Relatórios da Secretaria do Interior e Exterior, Atas de Mesa, Sessões Plenárias ordinárias e declaratórias, entre os anos de 1906 a 1945, disponíveis para acesso no repositório digital do Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. E



para as Revistas do Arquivo Público (1921 a 1930), disponíveis no acervo do Apers. Reitera-se que o trabalho apresenta ideias iniciais de pesquisa em desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Por mais de três décadas (de 1906 a 1937) o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul manteve atividades como transcrição paleográfica, aquisição de fundos documentais, gestão dos fundos documentais, controle dos documentos identificados como de caráter público e a difusão de parte do seu acervo, através da publicização em revistas trimestrais. Sua institucionalização esteve relacionada à necessidade dos castilhistas em estabelecer um sistema que possibilitasse a governança. Também na separação entre o que era considerado como parte da esfera pública, e do que era da esfera privada (ao reunir mapas e plantas e definir o que era propriedade do governo e o que não era). E a racionalização documental para gestão de pessoas, estabelecendo o Apers como lugar de guarda e emissão de certidões de nascimento e óbito, para fins estatísticos, por exemplo.

A partir disso, os questionamentos se voltam para alguns aspectos, quais sejam: como se desenvolveram as relações de poder entre o governo federal e o governo do Estado do Rio Grande Sul, durante a República Nova (1930-1937) e o Estado Novo (1937-1945), e qual o impacto sobre o Apers? Quais atividades de arquivo foram suspensas e como as políticas de informação, práticas administrativas cotidianas e de planejamento foram reconfiguradas durante o regime varguista?

Entende-se que o conceito de regime de informação possa ser operacionalizado de maneira a orientar a coleta de dados da pesquisa, mas também como quadro teórico que permita explicar as relações de poder que impactaram um dos primeiros sistemas de informação do Estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS:

BEZERRA, Emy Porto; *et al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, mai/ago. 2016. DOI: 10.19132/1808-5245222.60-86 Acesso em: 21 ago. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.



KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. Da ruptura ao exílio: o confronto político entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha em perspectiva (1935-1937). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 17, n. 27, p. 385-405, 2. sem. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2016v17n27p385>. Acesso em: 21 ago. 2022.

LATOUR, Bruno. 2004. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: André Parente (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. (Trad. Marcela Mortara) Porto Alegre: **Sulina**, p.39-63.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p.43-60, 2012. DOI: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 21 ago. 2022

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: **ENANCIB**, São Paulo, 2008. DOI: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180486>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MERLO, Carmen Moreira. **O Palácio de Papel: Cem anos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. 2010. 188 f. Dissertação de Mestrado em História- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2010.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. Burocracia Brasileira, Reforma Administrativa e Estado: o papel do aparato administrativo no Governo Vargas. **Revista Estudos Institucionais**, Vol. 2, 1, 2016.

PEZAT, Paulo. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.255-285, jan./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6404>. Acesso em: 21 ago. 2022

SOARES, Paulo Ricardo de Souza. **A institucionalização do APERS e o fazer arquivístico (1906-1925)**. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquivologia - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.